

# INFLUÊNCIA DO ISOMORFISMO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.15986>

Submetido em: 16/5/2024

Aceito em: 1/7/2024

Darlan Ariel Prochnow<sup>1</sup>; Euselia Paveglio Vieira<sup>2</sup>; Jorge Oneide Sausen<sup>3</sup>;  
Lidiane Kasper<sup>4</sup>; Tatiane Batista Boeno Peno Nogueira<sup>5</sup>

## RESUMO

Concebendo o cooperativismo como elemento de desenvolvimento territorial, a partir de cooperativas constituídas por agricultores familiares, o presente artigo apresenta um estudo multicaso. O objetivo foi analisar as implicações do isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis em quatro cooperativas de agricultura familiar localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa foi utilizada a concepção de isomorfismo de DiMaggio e Powell (2005), a qual caracteriza a ocorrência de três tipos deste fenômeno: coercitivo, mimético e normativo. A abordagem da pesquisa é qualitativa, em que os dados foram coletados por meio de entrevista em profundidade e observação não participante. Os resultados afirmam que o isomorfismo, sobretudo do tipo coercitivo, mostrou-se um mecanismo importante na institucionalização das práticas sustentáveis, uma vez que as quatro cooperativas estudadas sofrem algum tipo de influência de outras organizações, como a Vigilância Sanitária, Emater, Prefeituras e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assim, o estudo considera que a influência do isomorfismo é fator determinante na institucionalização de práticas sustentáveis, posto que estas práticas contribuem para que as cooperativas de agricultura familiar alcancem mercados institucionais e perdem seu papel como agentes do desenvolvimento no território ao qual estão inseridas.

**Palavras-chave:** cooperativismo; teoria institucional; isomorfismo; desenvolvimento territorial.

## INFLUENCE OF ISOMORPHISM ON THE INSTITUTIONALIZATION OF SUSTAINABLE PRACTICES IN FAMILY FARMING COOPERATIVES

## ABSTRACT

Conceiving cooperativism as an element of territorial development, based on cooperatives formed by family farmers, this article presents a multi-case study. The objective was to analyze the implications of isomorphism in the institutionalization of sustainable practices in four family farming cooperatives, located in the Northwest region of Rio Grande do Sul. In this research, the concept of isomorphism by DiMaggio and Powell (2005) was used, which characterizes the occurrence of three types of this phenomenon: coercive, mimetic and normative. The research approach is qualitative, in which data was collected through in-depth interviews and non-participant observation. The results indicate that isomorphism, especially of the coercive type, proved to be an important mechanism in the institutionalization of sustainable practices, since the four cooperatives studied suffer some type of influence from other organizations, such as Health Surveillance, Emater, municipal governments and Ministry of Agriculture, Livestock and Supply. Thus, the study considers that the influence of isomorphism is a determining factor in the institutionalization of sustainable practices, as these practices contribute to family farming cooperatives reaching institutional markets and continuing their role as agents of development in the territory in which they are located.

**Keywords:** cooperativism; institutional theory; isomorphism; sustainable development.

<sup>1</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3699-074X>

<sup>2</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5927-2703>

<sup>3</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3684-1410>

<sup>4</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6752-1634>

<sup>5</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7414-7943>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o cooperativismo tem sido apontado como uma estratégia relevante para a promoção do desenvolvimento territorial e para a superação da pobreza por meio da mobilização de recursos territoriais, principalmente no meio rural. É no cooperativismo que a agricultura familiar tem buscado um espaço diferenciado para a concepção de estratégias para sua reprodução social e econômica. Nesse contexto, é fundamental a produção de pesquisas que demonstram as potencialidades, os limites e os desafios dos formatos cooperativos adotados pelos agricultores familiares em uma perspectiva de desenvolvimento territorial (Anjos *et al.*, 2020).

A importância de estudos com este enfoque dá-se pelo potencial que a organização cooperativa possui de auxiliar na construção de uma identidade para a agricultura familiar, aumentando o fluxo e o alcance da produção ao consumidor final, bem como prestando consultoria para que os produtores estejam em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e comercial de suas atividades de produção. Deste modo, compreende-se que a organização cooperativa apresenta um duplo objetivo além da simples viabilidade econômica, mas também o anseio de buscar a reprodução social de seus associados juntamente com o cuidado ao meio ambiente. A prática dos princípios do cooperativismo, portanto, é indutora de práticas sustentáveis, as quais geram benefícios tanto para a própria cooperativa quanto para as comunidades onde estas estão inseridas (Yamaguchi *et al.*, 2020).

Por conseguinte, a adoção de práticas sustentáveis pelas cooperativas está fortemente relacionada com as expectativas dos atores internos e externos às próprias organizações, sendo esses pressupostos relacionados à Teoria Institucional, cuja abordagem pretende explicar fenômenos e padrões organizacionais resultantes da interação com o ambiente social (Pereira, 2012). Assim, segundo a Teoria Institucional, as organizações buscam a conformidade e a adaptação com os procedimentos, costumes e regras institucionalizadas em um mesmo ambiente, condição que as tornam mais similares entre si, caracterizando o isomorfismo (Garrido; Saltorato, 2015).

Deste modo, a Teoria Institucional, em particular o isomorfismo, apresenta-se como um referencial importante para estudar os fatores que estimulam as empresas a uma eventual incorporação de práticas sustentáveis nas suas operações (Leal, 2011). Estudos analisam a teoria institucional no âmbito do cooperativismo, como o de Meyr e Carpes (2023), que objetivaram examinar como ocorre a adoção de práticas de contabilidade gerencial sob a ótica do isomorfismo institucional nas cooperativas agropecuárias, recomendando estudos mais amplos sobre o tema. Ademais, Silva Prado *et al.* (2023) realizaram um estudo bibliométrico sobre a Teoria Institucional focada no Sistema do Agronegócio, revelando enfoques na governança, custos de transação e gestão da cadeia produtiva, apontando como recomendação para estudos futuros temas relacionados ao cumprimento da Agenda 2030 e para o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, a abordagem deste estudo difere-se dos apresentados, colaborando no campo teórico e prático com a ampliação das discussões sobre o referencial teórico do isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis com foco em cooperativas de agricultores familiares, permitindo identificar tendências e possibilidades de incorporação destas práticas consideradas singulares no desenvolvimento territorial. O objetivo deste estudo,

portanto, é analisar as implicações do isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis em quatro cooperativas de agricultores familiares localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O presente artigo estrutura-se da seguinte forma. Após esta breve introdução, é apresentado o referencial teórico da pesquisa, o qual contempla dois eixos temáticos centrais do estudo. O primeiro trata das cooperativas de agricultura familiar e seu aporte ao desenvolvimento territorial. O segundo eixo trata do isomorfismo como fator de homogeneidade entre organizações cooperativas. Após, são descritos os procedimentos metodológicos seguidos pelos resultados do estudo multicaso e as considerações finais e as referências bibliográficas consultadas.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta a fundamentação teórica da pesquisa. Inicialmente é destacado o papel das cooperativas de agricultura familiar na promoção do desenvolvimento territorial. Em seguida é apresentado o isomorfismo como fator de homogeneidade organizacional.

### Cooperativas de agricultura familiar e seu aporte ao desenvolvimento territorial

A abordagem territorial do desenvolvimento fundamenta-se como uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centrados em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, além de apresentar-se como uma condição para a realização de estudos que assumam a perspectiva interdisciplinar, multidimensional, multiescalar, da totalidade e da complexidade (Dallabrida; Rotta; Büttenbender, 2021). Os mesmos autores reafirmam que

[...] a abordagem territorial considera o território como parte da totalidade espacial, em que se expressa a diversidade, a relacionalidade e interação entre atores, a interdependência entre as dimensões tanto materiais quanto imateriais, sendo o lócus de manifestação de sistemas produtivos territoriais, de mediação e interdependências entre seres humanos, as demais espécies de vida (p. 269).

Na opinião de Favareto (2006, p. 123), “Não há dúvida de que para o estudo dos fenômenos relativos ao desenvolvimento torna-se imprescindível uma abordagem territorial”. Para Dallabrida *et al.* (2023), esta abordagem atende ao princípio central de ser uma alternativa de superação de análises com recortes espaciais voltados ao rural ou urbano, apresentando-se como uma condição fundamental para a realização de pesquisas orientadas para a sustentabilidade territorial, as quais assumam a realidade tendo em vista as dimensões socioeconômica, cultural e ambiental.

Entre as organizações presentes no território analisado nesta pesquisa e com capacidade de promover o desenvolvimento territorial, estão as cooperativas de agricultura familiar. Isso ocorre na medida em que os associados dessas cooperativas recebem formação com base nos princípios cooperativistas, sendo, assim, educados e motivados para não desperdiçar os recursos que lhes são disponíveis e não destruírem o potencial natural e produtivo do seu patrimônio, em atenção a si próprios e em prol das gerações futuras (Schneider, 2015; Prochnow *et al.*, 2022).

Em âmbito geral, a história do cooperativismo normalmente está vinculada à fundação, em 1844, da Cooperativa de Rochdale, no Reino Unido, onde se originaram os princípios cooperativistas. A experiência cooperativa, porém, é anterior a esta, estando atrelada a Robert Owen, que a influenciou, ou a Fourier, na França, considerados socialistas utópicos que inspiraram o movimento cooperativo (Webering, 2020).

Pinho (1966) define as cooperativas como sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam a não somente suprir seus membros de bens e serviços, mas também realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômicos e sociais. Entre os tipos de cooperativas, esta pesquisa deposita sua ênfase nas cooperativas de agricultura familiar.

As origens das cooperativas rurais e agrícolas encontram-se, em parte, relacionadas às experiências coletivistas de ajuda mútua no campo e, em parte, às condições da agricultura moderna, tendo se desenvolvido desde que a economia rural passou a estar relacionada ao mercado – seja pela necessidade de crédito, da aquisição de adubos, sementes, entre outros, seja pela necessidade de comercialização da produção (Webering, 2020).

Historicamente, no Brasil, a cooperação agrícola não recebeu estímulos por parte dos governos. A cooperação era fruto das iniciativas autônomas dos agricultores e promovidas por seus intelectuais orgânicos (agentes religiosos, lideranças, etc.), que viam na cooperação uma forma essencial de organizar a vida nas colônias e comunidades rurais. Somente a partir da tipificação e inserção do cooperativismo na legislação nacional começam a surgir políticas públicas voltadas a fomentar a cooperação ao menos em algumas de suas formas modernas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Christoffoli, 2015).

Os programas federais, portanto, passaram a dar atenção aos empreendimentos cooperativos, destacadamente os que são comprometidos com a agricultura familiar. Esse movimento justifica-se, uma vez que estes empreendimentos já são e podem ser cada vez mais meios de construção de uma economia e de uma sociedade sustentável, por desempenharem importante papel na transmissão da responsabilidade social bem como na conscientização para o uso eficiente dos recursos naturais às várias gerações (Schneider, 2015).

Soares *et al.* (2019, p. 4) indicam que as cooperativas de agricultores familiares “defendem a produção diversificada de alimentos, a produção orgânica, agroecológica e a permanência das famílias no campo, valorizando as diversidades regionais e promovendo a segurança alimentar”. Desta forma, encontra-se na cooperativa de agricultores familiares a perspectiva de sustentabilidade, tanto econômica quanto social e ambiental.

A atenção da cooperativa com o meio ambiente é da própria natureza institucional, ao trabalhar diretamente com os recursos naturais, cujos produtos e serviços são oriundos da agricultura familiar. Dessa forma, a busca por práticas sustentáveis na agricultura, a redução de impactos ambientais negativos das produções sobre o ambiente, além da melhoria da qualidade de vida dos cooperados, compõem o direcionamento para um desenvolvimento sustentável local (Schneider, 2015).

Assim, de acordo com o sétimo Princípio do Cooperativismo, as cooperativas têm, como responsabilidade, o interesse pela comunidade, o que as credencia para o processo de desenvolvimento sustentável nos ambientes onde estão inseridas. Para além disso, os objetivos

de desenvolvimento sustentável elaborados pela ONU, por meio da Agenda 2030 (ONU, 2024), apontam a agricultura sustentável como objetivo número 2, o que privilegia o estudo das práticas sustentáveis em cooperativas da agricultura familiar.

Considerando, portanto, os atributos presentes na natureza do movimento cooperativista, as cooperativas, por meio de seus atores sociais, assumem papel de destaque na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio da institucionalização de práticas sustentáveis. As cooperativas tornam-se decisivas tanto na definição de práticas e estratégias de curto, médio e longo prazos, que possam contribuir com a geração de benefícios sociais, econômicos, ambientais e políticos para a população, quanto em um processo de conscientização, transformação e mudança cultural dos indivíduos, de modo que possam repensar a ação e o papel desempenhado no mundo (Hocayen-Da-Silva; Silva, 2021).

### Isomorfismo como fator de homogeneidade entre organizações cooperativas

A teoria institucional contemporânea propõe o entendimento das mudanças estruturais nas organizações não mais pela eficiência ou concorrência, mas motivada por outros fatores que tornam as organizações similares (Caldas; Fachin; Fischer, 2007). Segundo a perspectiva institucionalista, diante da busca pela conformidade com os procedimentos, costumes e regras institucionalizadas em um mesmo ambiente, as organizações tendem a se tornar mais similares entre si. Esta questão da similitude é definida como isomorfismo, um princípio institucional referente à homogeneidade existente entre as organizações (Garrido; Saltorato, 2015).

Desta forma, a globalização obriga as cooperativas a se adaptarem aos diferentes ambientes, tornando-as semelhantes em relação aos processos organizacionais (Souza, 2023). No entender de Peci (2006), as organizações que são influenciadas por seu ambiente institucional (via profissionalização e papel dos agentes estatais) apresentam similaridades nas suas estruturas e processos, dentro de um mesmo ambiente institucional, caracterizando, assim, o isomorfismo. Ainda, para a autora, esse é um conceito importante para compreender as organizações modernas em um contexto pós-weberiano.

Entre os pressupostos conceituais atribuídos à teoria institucional, destaca-se a relevância dos valores externos para as organizações, considerando que o ambiente seja capaz de gerar visões compartilhadas coletivamente sobre a maneira pela qual as organizações deveriam atuar, dando legitimação sobre as ações organizacionais, pois ressaltam a necessidade de aceitação. A incorporação de práticas gerenciais, bem como de outros aspectos operacionais que sejam de conhecimento comum, compartilhadas por organizações pertencentes a um mesmo setor, constituem-se em generalizações pautadas pela busca por legitimidade (Callado; Callado; Almeida, 2014).

Assim, salienta-se que a abordagem institucional amplia consideravelmente as possibilidades de ação gerencial no que se refere, por exemplo, à compreensão e à intervenção em processos de mudança organizacional ao introduzir a noção de movimento e de dinâmica de conjuntos de organizações por meio do conceito de isomorfismo (Carvalho; Vieira, 2003).

O isomorfismo como elemento de institucionalização, para Kelm *et al.* (2014, p. 408), significa que “os modelos instituídos em um setor são adotados pela maioria, com o principal intuito de sobrevivência, tendendo à homogeneização dessas estruturas depois de certo tempo, até que outra inovação seja implantada e realmente esse ciclo”.

No entendimento de DiMaggio e Powell (2005), o isomorfismo é o conceito que mais bem define o processo de homogeneização das organizações. De acordo com os autores, existem três mecanismos de mudança isomórfica institucional, os quais são detalhados no Quadro 1.

Quadro 1 – Processos de Isomorfismo

<b>PROCESSOS DE ISOMORFISMO INSTITUCIONAL</b>	
Isomorfismo Coercitivo	Resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam.
Isomorfismo Mimético	A incerteza constitui força poderosa que encoraja a imitação. Quando as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica, as organizações podem vir a tomar outras organizações como modelo. Tomar outras organizações como modelo constitui uma resposta à incerteza.
Isomorfismo Normativo	Deriva, principalmente, da profissionalização dos membros de uma categoria profissional. Quanto maior for a participação dos membros de uma organização em associações profissionais, maior será a similaridade de condições e métodos de trabalho entre as organizações.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de DiMaggio e Powell (2005).

O isomorfismo coercitivo caracteriza-se pela adaptação a pressões formais ou informais praticadas por organizações que exercem domínio de recursos limitados, especialmente financeiros. O isomorfismo normativo deriva da profissionalização que delimita e institui um conjunto de normas e procedimentos correspondentes a ocupações ou atividades específicas. O isomorfismo mimético caracteriza-se pelo uso de modelos testados e bem-sucedidos em organizações semelhantes (Carvalho; Vieira; Goulart, 2005; Inglat; Santos; Junior, 2017).

## METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza aplicada e abordagem qualitativa, visando a analisar tendências e atitudes por meio da percepção e linguagem dos sujeitos (Creswell, 2010). Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva por possuir como objetivo principal a descrição das características que envolvem o isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis em cooperativas, investigando as opiniões, atitudes e crenças de dirigentes das cooperativas objeto de estudo.

O campo de estudo compreendeu quatro cooperativas de agricultura familiar localizadas nos municípios de Ijuí, Panambi e Jóia, no Estado do Rio Grande do Sul. A escolha dessas cooperativas deu-se por serem referência na agricultura familiar no território abrangido, sendo, ainda, aliados aspectos de acessibilidade para obtenção dos dados.

Como estratégia de pesquisa utilizou-se o estudo de caso, que, segundo Yin (2001), busca investigar fenômenos sociais complexos. Nesta pesquisa foram selecionados os casos de quatro cooperativas, caracterizando um estudo de casos múltiplos. Essa escolha vai ao encontro do que aponta Creswell (1998), uma vez que este autor sustenta que, em relação ao método de estudo de caso, o número de até quatro casos seria recomendável.

Como técnicas de coleta de dados, a pesquisa utiliza a entrevista em profundidade e a observação não participante. A entrevista em profundidade é uma entrevista não estruturada,



direta, pessoal, em que um respondente de cada vez é sondado por um entrevistador habilitado a revelar motivações, crenças, atitudes e sentimentos sobre um determinado assunto (Malhotra, 2019). Os sujeitos entrevistados foram os dirigentes das cooperativas, sendo um dirigente em cada cooperativa. O áudio das entrevistas foi transcrito para, posteriormente, ser feita a análise categorial de conteúdo (Bardin, 2011).

As categorias de análise foram estabelecidas *a priori*, com base no objetivo da pesquisa. Nesta investigação as categorias de análise foram construídas com base no estudo de Alves, Castro e Souto (2014), destacando os três tipos de isomorfismo, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias de análise

FENÔMENO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
ISOMORFISMO	Isomorfismo Coercitivo	Processo de homogeneização resultante de pressões formais e informais exercidas sobre as organizações.	(DiMaggio; Powell, 2005).
	Isomorfismo Mimético	É uma resposta da organização às incertezas de mercado, tomando como modelo as organizações que percebem ser mais legítimas.	
	Isomorfismo Normativo	A homogeneização derivada do profissionalismo.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A observação adotada é do tipo não participante, quando o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado (Gil, 2014). As observações foram realizadas nos prédios das cooperativas em dias úteis, em que a rotina de trabalho era efetuada normalmente. Foram tiradas fotos no ambiente interno e externo das cooperativas como meio de registro das observações para a posterior análise de seu conteúdo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção contempla a apresentação e discussão dos principais resultados obtidos a partir do estudo de caso nas cooperativas de agricultura familiar.

### Caracterização das cooperativas objeto de estudo

Fundada no ano de 2005, a Cooperativa Alfa, localizada no município de Ijuí/RS, possui 32 associados ativos. Atua no comércio local de alimentos, destacadamente no ramo de panificados e hortigranjeiros. A Figura 1 apresenta o ambiente interno da cooperativa.

Figura 1 – Ambiente interno da cooperativa Alfa



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Outra cooperativa analisada foi a cooperativa Beta. Fundada no ano de 2004, a cooperativa localiza-se no município de Panambi/RS. Possui 33 associados e atua na industrialização e comércio de frutas *in natura* e sucos de frutas, especialmente laranja e bergamota. Sua área de atuação compreende, além do município de Panambi, outros municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul. Na Figura 2 é possível observar instrumentos para a pesagem e embalagem das frutas *in natura*.



Figura 2 – Pesagem e embalagem de frutas



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação à cooperativa Gama, esta foi fundada no ano de 2001. Localiza-se no município de Ijuí/RS. Possui 85 associados, os quais são responsáveis pela criação dos peixes em suas propriedades. Quando os peixes atingem o porte ideal para o abate são transportados até a sede da cooperativa, onde realiza-se o abate e posterior processamento da carne. Os principais produtos comercializados são o peixe congelado, o peixe fresco e o filé de tilápia. Os associados da cooperativa possuem propriedades de diversos tamanhos, podendo, em alguns casos, chegar ao limite de quatro módulos fiscais. A Figura 3 apresenta o prédio sede da cooperativa Gama, local em que os associados dispõem de equipamentos necessários ao processamento da carne dos peixes.

Figura 3 – Prédio da Cooperativa Gama



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A cooperativa Delta foi fundada no ano de 2009. Localizada no município de Jóia/RS, possui, como atividades principais, a prestação de serviços com máquinas agrícolas, industrialização e embalagens de grãos. São destacados os serviços de silagem, bem como a industrialização e embalagem de feijão. A cooperativa possui 86 associados, posto que a grande maioria são agricultores com propriedades de até 15 hectares, os quais residem em assentamentos no município de Jóia/RS. Na Figura 4 se observa-se o trabalho da cooperativa na produção de silagem.

Figura 4 – Produção de silagem pela Cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A próxima seção apresenta e discute os resultados do estudo de caso das quatro cooperativas objeto de estudo.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### Isomorfismo Coercitivo

O isomorfismo é o conceito que define, da melhor forma, a homogeneização entre as organizações (Dimaggio; Powell, 2005). Este conceito é subdividido pelos autores entre as categorias coercitivo, mimético e normativo.

Quanto ao isomorfismo coercitivo, o mesmo caracteriza-se pela adequação a pressões formais ou informais, exercidas por organizações que têm domínio de recursos escassos, especialmente financeiros (Carvalho; Vieira; Goulart, 2005). Neste aspecto, na cooperativa Alfa as práticas sustentáveis foram adotadas por duas razões distintas: pela influência de entidades reguladoras e pela vontade da própria cooperativa. Destaca-se que a comunidade local não exerceu influência sobre esta decisão, mas, sim, as entidades reguladoras, como a Prefeitura, a Vigilância Sanitária e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que tiveram seu grau de influência apontados pela cooperativa para a adoção de práticas sustentáveis. Sobre a influência da Vigilância Sanitária, o dirigente entrevistado informou:

No decorrer desses anos muitas coisas aconteceram. Antigamente se você tinha uma mesa que era de madeira ela teve que ser substituída por uma mesa de inox. Um exemplo simples é uma parede que não tinha azulejo tem um piso que não era de lá. Isso aconteceu lá na unidade de produção de cada associado. Ele teve também que fazer adequações. Ele foi cobrado (Dirigente Cooperativa Alfa).

A cooperativa Beta informou que adotou as práticas sustentáveis devido a exigências de órgãos reguladores, e também por consciência dos seus dirigentes e associados. A preocupação expressa pelos membros da cooperativa com o compromisso com o desenvolvimento sustentável, além de um dos princípios ligados ao cooperativismo, também é uma característica importante do desenvolvimento territorial por meio da promoção de economias locais resilientes e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, posto que, segundo Dallabrida, Büttenbender e Rotta, (2021), a abordagem territorial considera o território parte da totalidade espacial, em que se expressa a relacionalidade e a interação entre atores.

Os principais órgãos reguladores com influência nesta cooperativa são o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Prefeitura de Panambi/RS. Este resultado pode ser entendido na fala de um dos dirigentes da cooperativa

Nós temos uma série de exigências junto ao Mapa, Ministério da Agricultura, que tem que ser atendidas. Se você não atender elas, está sujeito a receber uma visita da fiscalização. Esses fiscais não estão longe de nós, estão em Santa Maria. [...] Então, assim, a primeira ideia de você trabalhar, é você estar adequado dentro das exigências do Mapa e da Prefeitura. Porque a primeira ideia que surge, ao constituir uma cooperativa, uma associação, é atender aos mercados institucionais que hoje estão aí (Dirigente Cooperativa Beta).

Em relação à cooperativa Gama, esta sofreu influência de entidades reguladoras, especialmente a vigilância sanitária, uma vez que a carne do peixe é altamente perecível, condição que exige algumas práticas especiais relacionadas ao controle de qualidade.

A cooperativa Delta tem presente, em suas práticas sustentáveis, o isomorfismo coercitivo. Isso deve-se à influência da Prefeitura de Jóia/RS e da Emater. Estas entidades são importantes na institucionalização de práticas, como “promoção de ações que ampliem a lucratividade por unidade produzida” e “realização de cursos de capacitação ou atualização para seus associados”, uma vez que a Emater e a Prefeitura auxiliam tanto na realização de cursos e treinamentos quanto na elaboração da tabela dos preços e serviços ofertados pela cooperativa.

A presença de assistência técnica com regularidade para cooperativas de agricultura familiar foi identificada, também, no estudo de Anjos *et al.* (2020). Estes autores apontaram o esforço das políticas públicas no Território do Sisal, na Bahia, no fortalecimento das atividades produtivas das organizações coletivas da agricultura familiar.

Outras entidades, como Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, efetuam fiscalizações na cooperativa Delta, porém sem interferência direta na realização das práticas sustentáveis. Já a comunidade local possui uma relação próxima com a cooperativa, e é observada a presença de um local de confraternização próximo ao prédio da agroindústria da cooperativa. Este fato, segundo dirigente da cooperativa, gera o envolvimento da comunidade durante o processo de agroindustrialização do feijão preto, sendo observada, assim, a prática sustentável da “participação em atividades religiosas, esportivas e/ou culturais da comunidade” e “a comunidade sabe dos resultados alcançados pela cooperativa”.



## Isomorfismo Mimético

O isomorfismo mimético é caracterizado pela adoção de modelos testados e bem-sucedidos em organizações similares (Carvalho; Vieira; Goulart, 2005). A cooperativa Alfa informou não haver esta inspiração em outras cooperativas para a adoção das práticas sustentáveis. A explicação é a de que a criação da cooperativa é um projeto único da Emater na localidade, diferente das demais cooperativas já existentes.

A cooperativa Beta apontou, por intermédio de seu dirigente, haver uma “inspiração” em outra cooperativa do mesmo município para adoção das práticas sustentáveis. De acordo com o dirigente, a cooperativa observada serve como exemplo devido às suas práticas gerarem resultados satisfatórios que contribuem para o sucesso da cooperativa.

Em relação à cooperativa Gama, esta não possui nenhuma outra cooperativa como modelo na realização de práticas sustentáveis, até porque, segundo o dirigente, não existe, na região, outras cooperativas que realizam o processamento da carne de peixe. A cooperativa Gama, no entanto, buscou informar-se sobre o processo produtivo de duas agroindústrias de pescados, uma de Santa Catarina e outra do Rio Grande do Sul. Deste modo, o processo de produção da cooperativa Gama foi influenciado pelas agroindústrias citadas.

O isomorfismo mimético é identificado de forma mais restrita nas práticas da cooperativa Delta. Por ser uma cooperativa de um ramo muito específico na região, a cooperativa Delta não encontra outras cooperativas que possam inspirar a realização de práticas sustentáveis em seu processo de produção. Apenas o sistema de gestão financeira, conforme o dirigente, é compartilhado por diversas cooperativas, sendo importante no controle operacional da mesma.

## Isomorfismo Normativo

O isomorfismo normativo está ligado à profissionalização no que se refere ao compartilhamento de normas e métodos de trabalho pelos membros de cada segmento ocupacional (Inglat; Santos; Junior, 2017). Os associados da cooperativa Alfa participam das atividades da Emater bem como são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Ijuí. Estas entidades são importantes na adoção de práticas sustentáveis voltadas ao campo da agricultura familiar, principalmente as práticas na dimensão econômica, uma vez que oferecem cursos de capacitação em gestão para os associados da cooperativa, disseminando práticas e estruturas comuns que tendem a favorecer as cooperativas dentro de seu campo de atuação.

A importância dos cursos de qualificação foi destacada por dirigente da cooperativa Alfa. O mesmo afirmou que “Ele (o agricultor cooperado) vem com um produto de mais qualidade, mas aqui também se tenta manter aquele padrão original do produto, como aquela bolacha colonial”. Deste modo, o dirigente da cooperativa deixa claro a busca pela qualidade do produto, mas sem deixar de lado suas características coloniais, agregadoras de valor.

Os associados da cooperativa Beta participam das atividades da Emater bem como boa parte dos(das)mesmos (as) são sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios onde residem, especialmente em Panambi/RS. Estas atividades não chegam a interferir diretamente na realização das práticas sustentáveis na cooperativa.

O isomorfismo normativo não se faz presente na cooperativa Gama. Segundo um dos dirigentes, “O pessoal que é sócio da cooperativa também é sócio de outras instituições [...]”.



Esta fala refere-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater e Secretaria Municipal da Agricultura. A participação em tais entidades, no entanto, não possui interferência em nenhuma prática da cooperativa, contrastando, assim, com o resultado obtido na cooperativa Alfa, de acordo com dirigente entrevistado.

Em relação à cooperativa Delta, o isomorfismo normativo é presente de forma indireta nas práticas sustentáveis da cooperativa Delta. Os associados participam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estas entidades orientam os associados sobre os seus direitos e oportunidades enquanto agricultores familiares na defesa de seus direitos, entre outras questões sociais e econômicas.

### Sistematização do isomorfismo de práticas sustentáveis nas cooperativas

Os achados sobre as implicações dos três tipos de isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis, em quatro cooperativas de agricultura familiar, localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul, foram sistematizados no Quadro 3:

Quadro 3 – Sistematização do isomorfismo de práticas sustentáveis nas cooperativas

Cooperativas	Local	Ramo	Coercitivo	Mimético	Normativo
<b>Alfa</b>	Ijuí	Panificados e Hortigranjeiro	Prefeitura; Vigilância Sanitária; Emater.	Não houve inspiração em outras cooperativas.	Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
<b>Beta</b>	Panambi	Frutas <i>in natura</i> Sucos de frutas	Mapa; Prefeitura.	Houve inspiração em outra cooperativa.	EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
<b>Gama</b>	Ijuí	Abate e processamento de peixes	Vigilância Sanitária.	O processo de produção foi influenciado por agroindústrias do Estado e fora dele.	Não foi identificada interferência de entidades em nenhuma prática da cooperativa.
<b>Delta</b>	Jóia	Industrialização e embalagens de silagem e grãos	Prefeitura; Emater.	Não houve inspiração em outra cooperativa.	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Quanto ao isomorfismo coercitivo, observa-se que as quatro cooperativas objeto deste estudo sofrem algum tipo de influência de outras organizações, especialmente órgãos de atuação local, como Prefeitura e Emater. No estudo de Freitas e Freitas (2013) estas forças são exercidas não somente pela necessidade de adequação e conformidade normativa, mas também pela busca da legitimidade em seu campo de atuação.

Quanto ao isomorfismo mimético, houve uma divisão entre as cooperativas, posto que duas delas manifestaram terem sido influenciadas ou inspiradas por outras organizações, à medida que as outras duas cooperativas apontaram não ter havido essa inspiração no mercado. Tal constatação revelam-nos caminhos para o isomorfismo mimético, de modo que,

por tratarem-se de cooperativas da agricultura familiar, voltadas ao ramo alimentar, a busca no mercado por modelos e técnicas de produção e qualidade pode contribuir para o desenvolvimento do ambiente institucional, assim como apontado no estudo de Meyr e Carpes (2023), no qual cooperativas agropecuárias realizaram a busca por qualidade por meio da observância de práticas de contabilidade gerencial adotadas no mercado e por outras empresas do ramo.

Tratando-se do isomorfismo normativo, três das quatro cooperativas estudadas apontam ter havido busca por apoio técnico, indo ao encontro dos achados de Freitas e Freitas (2013), que identificaram a busca por parte das cooperativas de apoio técnico, evidenciando a valorização da introdução de novas técnicas e da melhoria contínua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o cooperativismo como elemento de desenvolvimento territorial a partir de cooperativas constituídas por agricultores familiares, o presente artigo teve como objetivo investigar as implicações do isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis em quatro cooperativas de agricultura familiar localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O estudo teve por embasamento teórico a concepção de isomorfismo de DiMaggio e Powell (2005), posto que, segundo estes autores, existem três tipos de isomorfismo: coercitivo, mimético e normativo. Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas entrevistas com os dirigentes das cooperativas e observação não participante.

Os resultados do estudo revelam a presença dos três tipos de isomorfismos (coercitivo, mimético e normativo) na institucionalização de práticas sustentáveis em quatro cooperativas de agricultura familiar localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul, mostrando-se mais expressivo o isomorfismo coercitivo, identificado nas práticas das quatro cooperativas, revelando a legitimidade quanto à pressão de outras entidades sobre as cooperativas.

Assim, quanto ao isomorfismo coercitivo, as quatro cooperativas objeto deste estudo sofrem algum tipo de influência de outras entidades para, a partir disso, introduzirem e institucionalizarem práticas sustentáveis. As principais entidades com influência são a Vigilância Sanitária, a Emater, as Prefeituras e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Como o isomorfismo coercitivo trata de aspectos de conformidade regulatória, práticas ou restrições operacionais específicas, a sua adequação em termos de práticas sustentáveis tende a aumentar a credibilidade e a confiança da cooperativa junto aos *stakeholders* na busca de acessar mercados institucionais, embora também possa haver a incorporação de custos adicionais.

O isomorfismo mimético é resultante de práticas sustentáveis adotadas por inspiração em outras cooperativas ou organizações. Deste modo, o estudo mostrou menor intensidade desta prática, de modo que dois entrevistados relataram não ter havido inspiração em outra cooperativa, um dos entrevistados relatou uma inspiração fora da região e do Estado, e apenas um dos entrevistados destacou possuir outra cooperativa do mesmo município como um “modelo” para a realização de suas práticas, cuja excelência nos processos tem sido motivo para tê-la como referência em práticas sustentáveis.

Em relação ao isomorfismo normativo, este decorre da profissionalização que demarca e institui um conjunto de normas e procedimentos correspondentes a ocupações ou atividades

específicas. Assim, os associados das cooperativas estudadas são filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos respectivos municípios onde atuam. Os sindicatos, bem como a Emater, colaboram para a institucionalização de práticas sustentáveis, como a realização de cursos e treinamentos referentes à gestão das cooperativas. Nota-se que tais práticas colaboram na melhora do desempenho institucional quando adequadas para as necessidades da cooperativa, evitando a reprodução de práticas obsoletas ou que fogem das demandas do mercado.

Quanto aos mecanismos de isomorfismo normativo, apenas uma das cooperativas informa não ter sido influenciada pela atuação técnica, de modo que as outras três cooperativas revelaram o apoio da Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse tipo de isomorfismo pode contribuir para o fortalecimento da cooperativa dentro do seu ramo de atuação da agricultura familiar, bem como pode levar à cooperação entre as cooperativas do mesmo ramo, repercutindo no território abrangido.

Neste contexto, esta pesquisa considera que a abordagem territorial do desenvolvimento é imprescindível no estudo do cooperativismo. No caso desta investigação, faz-se alusão às práticas sustentáveis em cooperativas de agricultura familiar adotadas por intermédio do fenômeno denominado isomorfismo. Considera-se a atuação destas cooperativas elemento de sustentabilidade e perpetuação de suas funções econômicas, sociais e ambientais, por meio do estímulo à economia local, gestão responsável dos recursos naturais e à promoção da inclusão social, fomentando, assim, o processo de desenvolvimento do território em que as cooperativas estão inseridas.

Por fim, a adoção de práticas sustentáveis em cooperativas de agricultura familiar, por meio do isomorfismo, além de uma característica desejável, mostra-se como um caminho para a construção de territórios equilibrados e sustentáveis e que beneficiam a comunidade como um todo.

No que diz respeito às limitações deste estudo, destaque para o fato de considerar a abordagem do isomorfismo somente no que se refere às práticas de sustentabilidade junto as cooperativas estudadas. Foi a opção desta delimitação do estudo. Certamente um olhar dos mecanismos isomórficos que influenciam as ações e decisões como um todo nestas cooperativas, traria uma contribuição mais substancial à gestão em cooperativas da agricultura familiar, sob a perspectiva da teoria institucional e da abordagem territorial do desenvolvimento. Fica, portanto, a sugestão para a ampliação deste enfoque em futuros estudos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. R.; CASTRO, C. C. de; SOUTO, C. L. Processo de institucionalização do curso de administração pública a distância em uma Universidade Federal. *Rev. Adm. Contemp.*, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 20-36, fev. 2014.
- ANJOS, E. G. dos, ROCHA, A. G., SILVA, D. O. da, SIMÃO, F. S. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 7, n. 14, p. 89-101, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2359043241123>
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.
- CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A. Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do porto digital a partir da teoria institucional. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 4, n. 1, p. 204-217, 2014.

- CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (org. da edição brasileira). Org. da edição original S. R. Clegg, C. Hardy e W. R. Nord). *Handbook de estudos organizacionais*. Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007. V. 1.
- CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN Angelo Diogo; SANTOS Lais. *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 169-188.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849-874, jan. 2005.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. (org.). *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife: Edufepe, 2003. 366p.
- CRESWELL, J. W. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- CRESWELL, J. W. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.
- DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V DE; CARNIELLO, M. F.; BÜTTENBENDER, P. L.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. DE O. Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 21, n. 59, p. e14586, 2023.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE*, v. 45, n. 2, abr./jun. 2005.
- FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- FREITAS, A. F.; FRETAS, A. F. Análise Institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 4, ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000400009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rap/a/PmXjmKFHnQxpg4bhbGgYzNB/#>
- GARRIDO, Giovanna; SALTORATO, Patrícia. Isomorfismo, eficiência simbólica e legitimidade social na institucionalização da sustentabilidade socioambiental nas organizações contemporâneas. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 5, n. 2, p. 69-82, 22 dez. 2015.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; SILVA, A. H. da. Protagonismo das cooperativas na promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável: reflexões teóricas e agenda de pesquisa. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 19, n. 54, p. 83-103, 2021.
- INGLAT, L. P. D. S.; SANTOS, E. T. P D.; JUNIOR, C. D. S. P. Isomorfismo normativo: influência das instituições na construção do perfil do Administrador. *Revista Foco*, v. 10, n. 2, p 11-28, 2017.
- KELM, M. L.; RENZ, C. L. da S.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. spe, p. 401-415, ago. 2014.
- LEAL, L. G. *Teoria institucional e fatores determinantes da ação de práticas sustentáveis pelas empresas*. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Fumec, Belo Horizonte, 2011.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- MEYR, C. E.; CARPES, A. M. da S. Isomorfismo institucional na adoção das práticas de contabilidade gerencial nas cooperativas agropecuárias. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj*, v. 28, n. 2, p. 24-38, 2023.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Nações Unidas Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 7 maio 2024.
- PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-12, mar. 2006.
- PEREIRA, F. A. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. *Revista Organizações em Contexto*, v. 8, n. 16, p. 275- 295, 2012.
- PINHO, D. B. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PROCHNOW, D. A.; THESING, N. J.; CARNEIRO, C. J.; NOGUEIRA, T. B. Institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 19, n. 2, p. 200-219, abr./jun. 2022.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. *Otra Economía*, v. 9, n. 16, p. 94-104, jan./jun. 2015.

SILVA PRADO, A.; HOSKEN GUSMÃO, A. K.; DE MORAIS, R.; CARLOS DOS SANTOS, A.; TERUEL REZENDE, T. Teoria institucional aplicada ao agronegócio: um estudo bibliométrico. *Revista FSA*, v. 20, n. 5, 2023.

SOARES, C. M. T.; HORT, J. V.; BEJAMINI, R.; BASSO, D. A Percepção do cooperativismo pelos agricultores familiares associados da cooperativa mista agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste – a Tulha. *Revista Orbis Latina*, Foz do Iguaçu, PR (Brasil), v. 9, n. 1, jan./jun. 2019.

SOUZA, V. G de. Isomorfismo institucional, estratégias, sustentabilidade e suas relações. *Revista Estudos e Pesquisas em Administração*, [S. l.], v. 7, n. 2, 2023. DOI: 10.30781/repad.v7i2.15884

WEBERING, S. I. Cooperação cooperativa: o ser, o fazer e o devir. *Rev. Adm. Contemp.*, Curitiba, v. 24, n. 6, p. 567-581, 2020.

YAMAGUCHI, C. K.; STEFENON, S. F.; RAMOS, N. K.; DOS SANTOS, V. S.; FORBICI, F.; KLAAR, A. C. R.; FERREIRA, F. C. S.; CASSOL, A.; MARIETTO, M. L.; YAMAGUCHI, S. K. F.; DE BORBA, M. L. Young People's Perceptions about the Difficulties of Entrepreneurship and Developing Rural Properties in Family Agriculture. *Sustainability*, v. 12, n. 21, p. 8.783, 2020.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**Autor Correspondente:**

Darlan Ariel Prochnow

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui)

Rua do Comércio, Nº 3000 – Bairro Universitário – Ijuí/RS, Brasil. CEP 98700-000

darlan.prochnow@sou.unijui.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído  
sob os termos da licença Creative Commons.

